

lei nº 7489 de 30.12.93 Saneionada  
Dom nº 10277 de 14.01.94



Arquivo 28.02.94

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

### DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DATA 16 / 04 / 93

PROJETO DE LEI Nº 116/93

ASSUNTO Elevador Idalmir Feitosa

Estabelece com fulcro no § 2º do artigo 185 da lei orgânica do Município - LOM, normas de fiscalização da emissão das cartilhas estudantis na forma que indica e dá outras providências.

LEI Nº 7489 DE 30 / 12 / 93

DIOM Nº 10277 DE 14 / 01 / 94

ARQUIVO 28-02-94

**DIGITALIZADO**

EM: 01.11.00

REGIA  
FUNCIONARIO

  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

Lei: 074891993  
Projeto: 01161993  
Autor: IDALMIR FEITOSA  
Assunto: ESTUDANTE





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA**

*a casa é sua*

LEI Nº 7489

DE 30 DE *dezembro* DE 1993.

CÂMARA MUNICIPAL	FORTALEZA
PROTOCOLADO	Nº 034
DATA	07.01.94
HORA	14:00
<i>Virgínia Ottoni</i> Funcionário	

Estabelece com fulcro no Parágrafo 2º do Artigo 185 da Lei Orgânica do Município - LOM - normas de fiscalização da emissão das carteiras estudantis, na forma que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - As carteiras emitidas pelas entidades estudantis na forma do artigo 1º da Lei nº 6092, de 13 de junho de 1986, deverão receber o controle e autenticação da Comissão Técnica de Fiscalização indicada no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A Comissão Técnica de Fiscalização da emissão e controle das Carteiras Estudantis, fica constituída pelos os seguintes representantes de classe:

- I - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UFC;
- II - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UECE;
- III - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UNIFOR;
- IV - um representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas;
- V - um representante da Secretaria de Transportes do Município;
- VI - um representante do Departamento de Defesa Comunitária;
- VII - um representante da Câmara Municipal de Fortaleza.

Art. 2º - A Comissão Técnica de Fiscalização terá a responsabilidade de efetuar a licitação pública única para

Ao Deputado Legislativo

10 01 93

Diretor



a confecção de todas as identidades estudantis de Fortaleza.

**Parágrafo único** - Fica assegurado a cada DCE e a UMES, o direito, se assim o quiser de definir a cor e mensagem que desejar sobrepor nas identidades estudantis, de sua competência.

**Art. 3º** - Os membros desta Comissão quando devidamente indicada, reunir-se-ão para indicar um Presidente, Vice-Presidente e Secretário e dois Vogais para conjuntamente e por delegações de competência da própria Comissão exercitarem as atribuições de fiscalização, na forma estabelecida nos artigos 1º e 2º, desta Lei.

**Art. 4º** - Os membros da Comissão terão mandato de 01 (um) ano, devendo no fim dos respectivos mandatos serem substituídos por novos membros, indicados pelas entidades competentes.

**Art. 5º** - A Comissão deverá inspecionar, junto a todos os Colégios e Universidades o número de alunos, efetivamente matriculados, por procedimentos baixados por instrução normativa de deliberação coletiva da própria Comissão.

**Art. 6º** - A Comissão Técnica de Fiscalização poderá abrir sindicância para apurar irregularidades na confecção e distribuição das Carteiras de Estudantes.

**Parágrafo único** - O procedimento da sindicância será estabelecido na regulamentação desta lei, obedecendo os princípios que norteiam a Administração Pública.

**Art. 7º** - A Comissão Técnica de Fiscalização se reunirão ordinariamente uma vez ao mês.

**Art. 8º** - Os representantes das Entidades responsáveis pela emissão das carteiras estudantis, deverão ser matriculados.

**Art. 9º** - É de exclusiva responsabilidade das entidades estudantis depois da autenticação da Comissão Técnica de Fiscalização, a distribuição das identidades estudantis.

**Art. 10** - Constatada irregularidade na confecção ou distribuição das carteiras estudantis, a entidade responsável terá suspenso seu repasse financeiro até sanada a irregularidade, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis contra os responsáveis pela mesma.

**Parágrafo único** - os repasses suspensos serão depositados em conta especial, a cargo da Comissão Técnica de Fiscalização, que depois de sanada a irregularidade, os depositará integralmente.

*Aue*



mente na conta titular da entidade credora, com a devida prestação de conta.

Art. 11 - Fica assegurado que as entidades estudantis podem cobrar até 20% (vinte por cento) sobre o valor de custo da identidade estudantil para financiamento de suas atividades.

Art. 12 - O custo da Carteira de Estudante, incluirá todo o processo de confecção e todo o processo de distribuição das mesmas.

Art. 13 - Fica assegurada para a Casa do Estudante o repasse de 20% (vinte por cento) sobre o valor de custo da identidade estudantil dos secundaristas.

Art. 14 - Tanto a Casa do Estudantes como as entidades estudantis, devem publicar trimestralmente no Diário Oficial do Município, os balancetes das Receitas e de todas as despesas referentes aos recursos provenientes das identidades estudantis, cujos documentos serão ordenados pela Comissão Técnica de Fiscalização.

Parágrafo único - Ficarão suspensos o repasse para a Casa do Estudante ou qualquer entidade estudantil que não publicarem seus balancetes como determina o caput deste artigo.

Art. 15 - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 dias, ouvida as entidades e órgãos citados no parágrafo único do artigo primeiro desta Lei.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Cidade, em 30 de *dezembro*

de 1993.

  
ANTONIO ELBANO CAMBRAIA  
- PREFEITO MUNICIPAL -



COMISSÃO MUNICIPAL DE	Transporte
E DE	Segurança
DESIGNO O VEREADOR	Seu
Ardes	COMO RELATOR
Em 26/04/93	
	Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

A Comissão de Transporte, Trânsito e Comunicações

Em 20/4/1993

Presidente

À COMISSÃO DE

Em 20/4/1993

PRESIDENTE

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em 20/4/1993

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 116/93

Adiado por 24/6/93

per 24/6/93

Estabelece com fulcro no § 2º do artigo 185 da Lei Orgânica do Município - LOM-, normas de fiscalização da emissão das carteiras estudantis, na forma que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - As carteiras emitidas pelas entidades estudantis na forma do artigo 1º da Lei nº 6062 de 25 de março de 1986, deverão passar pelo órgão gestor dos transportes coletivos do Município de Fortaleza para receber o controle e autenticação da Comissão Técnica de Fiscalização indicada no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A Comissão Técnica de Fiscalização da emissão e controle das carteiras estudantis fica constituída pelos seguintes representantes de classe:

- A - Um representante dos estudantes universitários indicado pela Diretoria Central dos Estudantes-DCE;
- B - Um representante dos Estudantes Secundaristas indicado pela União Metropolitana dos Estudantes;
- C - Um representante da Associação de Pais e Mestre indicado pela Diretoria da referida entidade;
- D - Um representante do Sindicato dos Transportes Coletivos indicado pela Diretoria da Entidade;
- E - Um representante da Câmara Municipal de Fortaleza, indicado pela Comissão Técnica de Transportes da Câmara.

Art. 2º - Os membros desta Comissão quando devidamente indicados reunir-se-ão para indicar um Presidente, Vice-Presidente e Secretário e dois vogais para conjuntamente e por delegações



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

de competência da própria Comissão exercitarem as atribuições de fiscalização na forma estabelecida no artigo 1º, desta Lei.

**Art. 3º** - Os membros da Comissão terão mandato de (02) dois anos, podendo ser renovado por igual período, devendo ao fim dos respectivos mandatos serem substituídos por novos membros, indicados pelas entidades competentes.

**Art. 4º** - A Comissão deverá inspecionar, junto a todos os Colégios e Universidades o número de alunos, efetivamente, matriculados, por procedimentos baixados por instrução normativa de deliberação coletiva da própria Comissão.

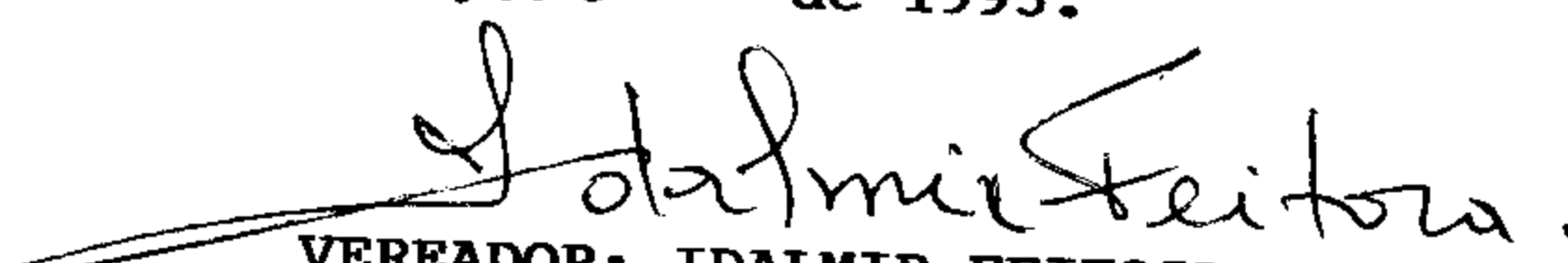
**Art. 5º** - Os representantes das Entidades responsáveis pela emissão das carteiras estudantis, deverão ser matriculados, não devendo, por nenhuma hipótese, prevalecer a emissão de carteiras, quando atribuídas a estudantes que não estejam regularmente frequentando às aulas em seu período escolar.

**Art. 6º** - Fica assegurado os recursos para a Casa do estudante, devendo, trimestralmente ser publicado no Diário Oficial do Município balancete das Receitas e de todas as Despesas, cujo documento deve ser ordenado pelo Secretário de Transporte do Município de Fortaleza.

**Art. 7º** - No prazo de (30) trinta dias de pois da publicação desta Lei, o gestor dos Transportes Coletivos do Município, deverá constituir a Comissão Técnica de Fiscalização na forma estabelecida no parágrafo único do artigo 1º, deste diploma legal.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento Legislativo da Câmara Munici-  
pal de Fortaleza, em 19 de abril de 1993.

  
VEREADOR: IDALMIR FEITOSA

### JUSTIFICATIVA

A Imprensa Cearense tem divulgado em todos os seus segmentos de comunicação social as irregularidades relativas às

*a casa é sua*

Nº 01

EMENDA SUPRESSIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI  
Nº 116/93.

APROVADO  
EM 13/12/93  
Presidente

EMENDA: "Suprima-se o Art.11, do presente Projeto de Lei."

Sala das sessões da CMF, 09/12/93.

Artur Bruno  
Dinival Feres  
Luis Nogueira  
Jeferson Feitosa

Maria Rosa M. L. Moreira  
DIB, DEPTº LEGISLATIVO

*a casa é sua*

Nº 02

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI  
Nº 116/93.

RETIRE-SE A EXPRESSÃO " passar pelo órgão gestor dos  
transportes coletivos do Município de Fortaleza para "

**APROVADO**

em 13/12/93

Presidente

Sala das sessões da CMF, em 09 /12/93.

Artur Guano

Jurival Ferraz

Luís Nery

Idelfonso Feitor

Marla Rosa M. L. Moreira  
DIR. DEPTº LEGISLATIVO



nº 03

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO  
DE LEI Nº 116/93.

**APROVADO**  
EM 13/12/93  
Presidente

ADITE-SE ONDE COUBER:

"Art. - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 dias, ouvida as entidades e órgãos citados no parágrafo único do artigo primeiro desta Lei!"

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, aos 09 de dezembro de 1993.

Artur Guino Durval Ferreira  
Luis W. S.  
Idaínia Freitas

**Maria Rosa M. L. Moreira**  
DIR. DEPTº LEGISLATIVO

*a casa é sua*

7204  
**APROVADO**  
EM 13/12/93  
Presidente

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO  
DE LEI Nº 116/93.

ADITE-SE ONDE COUBER:

"ART. - A Comissão Técnica de Fiscalização poderá abrir sindicância para apurar irregularidades na confecção e distribuição das Carteiras de Estudantes."

Parágrafo Único - O procedimento da sindicância será estabelecido na regulamentação desta Lei, obedecendo os princípios que norteiam à Administração Pública."

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, aos 09 de dezembro de 1993.

Antônio Bruno Durval Ferraz  
Lino Nogueira  
Jofre Seixas

Maria Rosa M. L. Moreira  
DIA. DEPT. LEGISLATIVO

nº 05

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO  
DE LEI Nº 116/93.

**APROVADO**

EM

13/12/93

ADITE-SE ONDE COUBER:

Presidente

"ART. - Constatada irregularidades na confecção ou distribuição das carteiras estudantis, a entidade responsável terá suspenso seu repasse financeiro até sanada a irregularidade, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis contra os responsáveis pela mesma.

Parágrafo Único - os repasses suspensos serão depositados em conta especial, a cargo da Comissão Técnica de Fiscalização, que depois de sanada a irregularidade, os depositará integralmente na conta titular da entidade credora, com a devida prestação de conta."

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, aos 09 de dezembro de 1993.

Artur Bruno Durval Ferraz  
Cam. Mun.  
Jeferson Sestorzi

Maria Rosa M. P. Ribeiro  
DEP. LEGISLADOR

nº 06

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO  
DE LEI Nº 116/93.

**APROVADO**  
EM 13/12/93  
*[Signature]*  
Presidente

ADITE-SE ONDE COUBER:

" ART. O Custo da Carteira de Estudante,  
incluirá todo o processo de confecção e todo o processo de distribuição  
das mesmas".

Sala das Sessões da Câmara Municipal de For-  
taleza, aos 09 de dezembro de 1993.

*Artur Bruno Durval Ferraz*  
*(Ass. Dir.)*  
*Idaíne Ferraz*

*Maria Rosa*  
*Ass. Dir.*

*a casa é sua*

*Nº 07*

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI  
Nº 116/93.

**APROVADO**  
EM *13/12/93*

ADITE-SE ONDE COUBER, *Presidente*

"ART. - A Comissão Técnica de Fiscaliza  
ção se reunirá ordinariamente uma vez ao mês".

Sala das Sessões da Câmara Municipal de For  
taleza, aos 09 de dezembro de 1993.

*Artur Guano Durval Ferraz*  
*(ou Nuno)*  
*Idaíne Saito*

**Marla Rosa M. L. Moreira**  
DIR. DEPTº LEGISLATIVO

*a casa é sua*

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO  
DE LEI Nº 116/93. *Nº 08*

EMENDA MODIFICATIVA AO § ÚNICO DO ART. 1º.

**APROVADO**

EM

*13/12/93*

*[Assinatura]*  
Presidente

O § ÚNICO DO ART. 1º PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

" Parágrafo Único - A Comissão Técnica de Fiscaliza  
ção da emissão e controle das Carteiras Estudantis, fica constituída pe  
los os seguintes representantes de classe:

- I - Um representante do Diretório Central dos Estudantes da UFC.
- II- Um representante do Diretório Central dos Estudantes da UECE.
- III- Um representante do Diretório Central dos eastudantes da UNIFOR.
- IV - Um representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas.
- V - Um representante da Secretaria de Transporte do Município.
- VI - Um representante do Departamento de Defesa Comunitária".
- VII- Um representante da *Câmara Municipal de Fortaleza*.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza,  
aos 09 de dezembro de 1993.

*Artur Bruno* *Durval Freire*  
*Edaíria Seitor* *Caro Durval*

*[Assinatura]*  
Vice-Presidente



Adiado p  
48 hrs  
perb

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO. E TRANSPORTE

PARECER Nº 23 /93

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/93, QUE "ESTABELECE COM FULCRO NO § 2º DO ARTIGO 185 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO -LOM-, NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DA EMISSÃO DAS CARTEIRAS ESTUDANTIS, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RELATOR: VEREADOR SÉRGIO BENEVIDES.

Dispensado de Impressão e Interdição

Em 23 de maio de 1993

PARECER

  
PRESIDENTE

A presente proposutura visa disciplinar o disposto no § 2º, do artigo 185 da Lei Orgânica, assegurando ao Poder Público Municipal, em especial o órgão gestor dos Transportes Coletivos (Secretaria de Transportes do Município), melhor fiscalização sobre a emissão das carteiras estudantis.

A concessão legal, conferida às entidades representativas dos estudantes secundaristas e universitários, para emitir as referidas carteiras, deixa margem às entidades autônomas estudantis, para administrar, livremente, a confecção dos documentos de identificação estudantil, constituindo-se em exceção ao poder fiscalizatório do Deliberativo Municipal, pois os DCE's e a UMES, são entidades autônomas, com personalidade jurídica de direito privado.

A oportuna iniciativa embasa-se no disposto no artigo 27, XI, da Lei Orgânica, cabendo "à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e, especialmente:

...XI- criar, estruturar e conferir atribuições aos auxiliares diretos do Prefeito e órgão da Administração Municipal;". Além de assegurar, democraticamente, a participação de diversos representantes classistas, constituídos na forma de uma Comissão Técnica de Fiscalização, que auxiliará a Secretaria de Transportes acerca do controle e autenticação das carteiras estudantis emitidas.

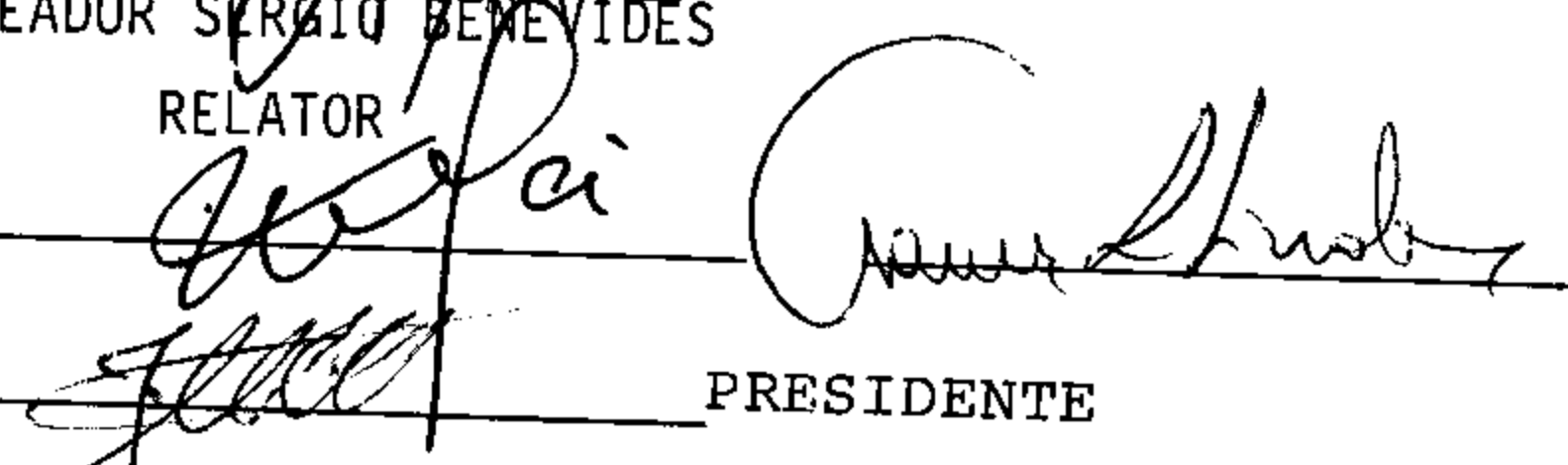
Diante do exposto, somos **FAVORÁVEIS** à aprovação da proposutura sob exame.

É O PARECER.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 04 de maio de 1993.

  
VEREADOR SÉRGIO BENEVIDES

RELATOR

  
PRESIDENTE



a confecção de todas as identidades estudantis de Fortaleza.

**Parágrafo único** - Fica assegurado a cada DCE e a UMES, o direito, se assim o quiser de definir a cor e mensagem que desejar sobrepor nas identidades estudantis, de sua competência.

**Art. 3º** - Os membros desta Comissão quando devidamente indicada, reunir-se-ão para indicar um Presidente, Vice-Presidente e Secretário e dois Vogais para conjuntamente e por delegações de competência da própria Comissão exercitarem as atribuições de fiscalização, na forma estabelecida nos artigos 1º e 2º, desta Lei.

**Art. 4º** - Os membros da Comissão terão mandato de 01 (um) ano, devendo no fim dos respectivos mandatos serem substituídos por novos membros, indicados pelas entidades competentes.

**Art. 5º** - A Comissão deverá inspecionar, junto a todos os Colégios e Universidades o número de alunos, efetivamente matriculados, por procedimentos baixados por instrução normativa de deliberação coletiva da própria Comissão.

**Art. 6º** - A Comissão Técnica de Fiscalização poderá abrir sindicância para apurar irregularidades na confecção e distribuição das Carteiras de Estudantes.

**Parágrafo único** - O procedimento da sindicância será estabelecido na regulamentação desta lei, obedecendo os princípios que norteiam à Administração Pública.

**Art. 7º** - A Comissão Técnica de Fiscalização se reunirão ordinariamente uma vez ao mês.

**Art. 8º** - Os representantes das Entidades responsáveis pela emissão das carteiras estudantis, deverão ser matriculados.

**Art. 9º** - É de exclusiva responsabilidade das entidades estudantis depois da autenticação da Comissão Técnica de Fiscalização, a distribuição das identidades estudantis.

**Art. 10** - Constatada irregularidade na confecção ou distribuição das carteiras estudantis, a entidade responsável terá suspenso seu repasse financeiro até sanada a irregularidade, sem prejuízo das ações judiciais cabíveis contra os responsáveis pela mesma.

**Parágrafo único** - os repasses suspensos serão depositados em conta especial, a cargo da Comissão Técnica de Fiscalização, que depois de sanada a irregularidade, os depositará integral





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA**

*a casa é sua*

**COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL**

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 116/93.

**APROVA**  
EM 15/12/93  
*[Assinatura]*  
Presidente

Estabelece com fulcro no Parágrafo 2º do Artigo 185 da Lei Orgânica do Município - LOM - normas de fiscalização da emissão das carteiras estudantis, na forma que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - As carteiras emitidas pelas entidades estudantis na forma do artigo 1º da Lei nº 6062, de 25 de março de 1986, deverão receber o controle e autenticação da Comissão Técnica de Fiscalização indicada no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A Comissão Técnica de Fiscalização da emissão e controle das Carteiras Estudantis, fica constituída pelos os seguintes representantes de classe:

- I - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UFC;
- II - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UECE;
- III - um representante do Diretório Central dos Estudantes da UNIFOR;
- IV - um representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas;
- V - um representante da Secretaria de Transportes do Município;
- VI - um representante do Departamento de Defesa Comunitária;
- VII - um representante da Câmara Municipal de Fortaleza.

Art. 2º - A Comissão Técnica de Fiscalização terá a responsabilidade de efetuar a licitação pública única para



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

às emissões das carteiras estudantis.

O Decon tem sido procurado para dirimir as querelas existentes entre os estudantes que se degladiam pelo poder para se tornarem competentes legais da emissão das referidas carteiras.

A briga é fratricida e verdadeiramente sofrida pela sociedade universitária e secundarista, sem que exista no momento instrumento de ordem fiscalizatória por parte do órgão gestor dos transportes coletivos, conforme ordena o mandamento inserido no § 2º, do artigo 185, de nossa Lei Orgânica do Município.

Em face de todas as querelas e mais ainda pelas deploráveis denúncias, preliminarmente, vistas e tidas como vícios de corrupção, fez com que o Vereador Artur Bruno e outros Vereadores Signatários requeressem uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os referidos desmandos.

Velando pela conquista dos estudantes probos do Ceará e muito mais em defesa de honoralidade de toda classe estudantil, apresento o presente Projeto de Lei, esperando coibir preventivamente, abusos ora pré-falados e conseqüentemente, objetivando encontrar meios para fiscalização, controle e a autenticação das carteiras estudantis, que possam ser emitidas com toda lisura consoante os preceitos morais e éticos, que devem nortear a finalidade dos direitos que devem ser assegurados à classe estudantil.

Aludido projeto deve merecer apreciação dos meus pares, os quais com zelo deverão emendar mediante propostas, que possam aperfeiçoar esta nossa iniciativa, qua é totalmente norteadada pelo desejo de defender e bem servir a classe estudantil de nossa Capital.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, em 19 de abril de 1993.

  
VEREADOR: IDALMIR FEITOSA

Ofício nº 3081 /93

Fortaleza, 16 de dezembro de 1993.

Senhor Prefeito:

Na conformidade do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, tenho a satisfação de encaminhar a V.Exa., o presente autógrafo de lei aprovado por esta Câmara, de autoria do Vereador IDALMIR FEITOSA, que "ESTABELECE COM FULCRO NO § 2º DO ARTIGO 185 DA LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO - LOM, NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DA EMISSÃO DAS CARTEIRAS ESTUDANTIS NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Cordialmente,



Vereador José Sarto

Presidente

Exmo. Sr.

Dr. ANTONIO ELBANO CAMBRAIA

DD: Prefeito Municipal de Fortaleza